

Considerações a partir de uma dissertação centrada na Comunidade Britânica do Porto

Maria Guilhermina Bessa Gonçalves¹

1. Introdução

Este artigo surge na sequência do Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta, e da Dissertação subordinada ao título «A Comunidade Britânica no Porto - Inter-Relações Históricas, Económicas, Culturais e Educativas».

Estiveram subjacentes a este projecto algumas interrogações e preocupações, pertinentes face a uma prática educativa que pretende ser lúcida, objectiva e crítica. Houve também a pretensão de complementar a formação académica inicial, de dar resposta a interesses e curiosidades particulares, resultantes do gosto pelo conhecimento, do desejo de integrar aspectos qualitativos da realidade, e do reconhecimento de que «a aprendizagem é uma actividade fundamental da vida»², premente face ao ritmo evolutivo do complexo mundo contemporâneo.

A acção educativa é uma realidade de grande complexidade, que necessita de uma fundamentação multireferenciada e rigorosa e de uma permanente abordagem compreensiva e interaccionista. Educar não é fácil, nem espontâneo. Não existe um ensino único ou um só modelo, pois ele é o produto de um vasto conjunto de relações e de concepções, diferentemente contextualizadas no tem-

¹ Licenciada em Engenharia Química, pela Universidade do Porto, professora de Física e de Química no Ensino Secundário e com Mestrado em Relações Interculturais, pela Universidade Aberta, Porto, cuja Dissertação foi orientada pela Prof.^a Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos, Professora da Faculdade de Economia do Porto, especialista na área da Economia dos Recursos Humanos e das Migrações Internacionais.

² Edward Hall, *A Linguagem Silenciosa*, Relógio D'Água Editores, Lisboa, p.49.

po e no espaço. Assim sendo, a prática pedagógica³, que tem por objectivo final, a formação de indivíduos com uma identidade sólida, é uma construção, que confrontada com pluralidades, frequentemente contraditórias, se elabora continuamente.

É através das interacções, que as pessoas estão constantemente a interpretar as indicações dos outros e, de acordo com elas, a construir o seu próprio comportamento. Interação e interpretação são pois processos dinâmicos em permanente evolução. E face à globalização e ao cruzamento de diversidades⁴ é importante não só reconhecer o que nos divide, como é essencial identificar aquilo que nos pode unir e possibilitar a conjugação de esforços.

Mas nem sempre é fácil identificar as várias posições e distinguir a pluralidade de referências, dado que os acontecimentos múltiplos e ininterruptos, tornam a nossa condição complexa perante a variedade. Deste modo o nosso dilema de opção é agudizado e aumentadas as nossas perplexidades, perante os inúmeros desafios com que a cada momento somos confrontados.

Temos vindo a assistir à transnacionalização da economia e à ascensão do capitalismo multinacional, à divulgação da cultura de massas e dos consequentes estilos de vida⁵, de carácter acentuadamente consumista. Tem-se muitas vezes a sensação de se estar a perder a essência, dado que práticas discursivas e sociais nos surgem carregadas de efémero, de superficialidade, de contradições, ou até mesmo desprovidas de estrutura e imbuidas de irracionalidades, que por força de repetição parecem racionalizadas.

A um modelo de pensamento estruturador sucedeu um pluralismo de opiniões errantes que veiculam o relativismo e a insegurança.⁶ Há uma desregulação global da vida económica, social e política, à qual não é alheia a explosão mediática e informacional. O «parecer» tirou o lugar ao «ser» e o «ter-se» des-

³ Ver o item 4 do Capítulo II -Educação Intercultural e Comunicação, pp.64-76, da Dissertação: Maria Guilhermina Nogueiro de Oliveira Bessa Gonçalves, *A Comunidade Britânica no Porto - Inter-Relações Históricas, Económicas, Culturais e Educativas*, Universidade Aberta, 2000.

⁴ Relativamente à Multiculturalidade e Interculturalidade debruçamo-nos no item 3 do Capítulo II da nossa Dissertação, pp. 58-64.

⁵ «Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que o indivíduo adopta, não só porque essas práticas satisfazem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade» (Anthony Giddens, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, celta Editora 2ª ed., 1997, p.75).

⁶ Para George Soros estamos a caminho de uma sociedade transaccional, na qual os limites da moral afrouxam e os valores sociais são destruídos (*A Crise do Capitalismo Global - A Sociedade Aberta Ameaçada*, Lisboa, Temas e Debates, 1998). Também Alain Touraine, em face das graves roturas sociais, receia um confronto mundial, consequência do desmembramento do próprio sistema-mundo («Les transformations sociales du XX^e siècle», in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, éditions Ériès, Juin, 156, 1998, pp.187-193).

tronou o «ser-se». Aplauda-se o «*glamour*», ainda que trivial, promove-se o «lúdico», ainda que aparente, cultiva-se o «sucesso», ainda que fácil.

Na contemporaneidade⁷ surgiu uma crise de pensamento e de vivência, em que a noção de sujeito único deu lugar a uma rede de múltiplos sujeitos e subjectividades. Há um cruzamento de inúmeras culturas, entre as quais surgem problemas de comunicação e de mediação. A heterogeneidade social é grande

É por isso necessário saber analisar com objectividade. Há que ousar pensar, para dar resposta ao presente e para projectar um futuro esperançoso, que a todos envolva e no qual todos se possam rever. É necessário que evoluamos para uma consciência total, como corolário da generalizada globalização.⁸

E certo que a forma como nos relacionamos com os outros e com a natureza depende dos nossos conceitos de natureza, de vida, e de ser humano pensante e sensível, conceitos estes que em larga medida são influenciados pela ciência.

Segundo uma das mentes consideradas como mais brilhantes, nos finais do século XX, o cientista escritor Ervin Laszlo⁹, é a ciência que começa agora a projectar uma consciência planetária, uma nova e arrojada visão unificada do Universo: a de um Cosmos auto-evolutivo, palpitante de energia criadora, onde todas as coisas, que estão ligadas numa unidade fundamental, são o resultado de um processo interactivo de auto-criação.

A visão do mundo que emerge na vanguarda das ciências contemporâneas, é uma visão integrada, unificada, que resulta da aliança entre as «superteorias» da nova física, e as novas teorias da evolução de todo o tipo de vida.

Nesta visão emergente, cujo cerne é a interligação, os sistemas material e mental do Universo, constantemente interligados pelo campo de energia que os criou, sofrem uma evolução sistémica em direcção a objectivos gerados no próprio processo. Assim, em vez de um Big Bang inicial seguido de um esgotamento gradual, é proposta uma reciclagem contínua de universos sequenciais. É uma

⁷ Sobre esta questão tecemos algumas considerações no item 2 do Capítulo II da nossa Dissertação de Mestrado: *Modernidade e Pós-Modernidade*, pp.48-57.

⁸ «A globalização não é apenas uma extensão e uma integração crescentes das trocas mundiais ou uma divisão internacional de trabalho, mas um sistema de poder» (Alain Touraine, *Iguais e Diferentes. Poderemos Viver Juntos?*, Lisboa, ed. Instituto Piaget, 1998, p.169).

Para Stephen Castles a época actual é caracterizada por nove contradicções fundamentais: inclusão/exclusão; mercado/estado; riqueza/penúria; sociedade/indivíduo; mundial/local; economia/ambiente; modernidade/pós-modernidade; cidadão nacional/cidadão do mundo; mundialização pelo alto/mundialização por baixo («Mondialisation et migration: quelques contradictions pressantes», in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, éd. Ériès, Mn, 156, 1998, pp.203-210).

⁹ *Lagoa dos Murmúrios - Um Guia para a Nova Ciência*, Publicações Europa-América, Novembro de 2000.

visão positiva, adequada ao início de um novo milénio e de algum modo auspiciosa para o nosso futuro.

E foi num contexto de transformações com imprevisibilidade e profundidade de variáveis, de novas ou diferentes diversidades, de conceitos e atitudes, alguns dos quais em mutação, e de interações, que ao elegermos a Comunidade¹⁰ Britânica do Porto como objecto de estudo, procurámos, em presença do intercultural¹¹, combater o etnocentrismo, contribuir para alcançar uma articulação entre portadores de culturas diferentes e estabelecer alguns paralelismos, que possam de algum modo contribuir para melhorar o sistema acção em que participamos.

A razão de ser para tal escolha prendeu-se essencialmente com a acuidade do fenómeno migratório¹² e com o protagonismo que esta Comunidade tem desempenhado, desde tempos longínquos, nesta Cidade e nas suas Gentes, pelo que se tornou parte integrante da sua História e da sua própria Identidade.

O actual interesse sobre as minorias étnicas mais desfavorecidas que se encontram no nosso país, nomeadamente as populações oriundas dos PALOP, tem fornecido material de múltiplas investigações, com graus de profundidade variáveis. Sem qualquer margem para dúvidas, essas pesquisas são muito importantes, diremos mesmo vitais. Mas não podemos esquecer que a cultura, tal como a identidade, não têm um carácter estático, elas são construídas através de múltiplas interações, extremamente diferenciadas, que se podem estender desde a similitude, a coesão, até às situações mais confirmais, mesmo antagónicas. Nesta medida desempenham papel relevante as maiorias, mas também as minorias mais favorecidas, nomeadamente as comunidades de estrangeiros associadas a países mais desenvolvidos, cujas formas culturais, têm aos olhos dos nacionais uma visibilidade mais elitista, mais marcante e com grande impacto, por isso mesmo mais influenciadora¹³.

¹⁰«Conjunto de relações sociais complexas cuja natureza e orientações são examinadas em enquadramentos específicos: religioso, económico, científico, etc», Raymond Boudon e outros (dir.), *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990, p.48.

¹¹ Entendemos por multiculturalidade, a pluriculturalidade, isto é, a existência de um universo de referências culturais múltiplas. Por interculturalidade entendemos situações onde estão presentes, no mesmo espaço, diferentes referências culturais em interacção recíproca de relações humanas. Contudo há diversos autores, nomeadamente os anglófonos, que adoptam o termo multicultural para ambas as perspectivas.

¹² O tema Migrações Humanas é tratado no item 1 do Capítulo II da nossa Dissertação, pp. 33-48.

¹³ Já Conceição Alves Pinto (*Sociologia da Escola*, ed. McGraw-Hill de Portugal, L^a, 1995, p.125) salientou que «a estrutura estratificada da sociedade faz que certos grupos sociais detentores de poder estejam particularmente bem colocados para que os seus próprios códigos gozem de prestígio. Isto é, as relações de poder conduzem à atribuição de um prestígio particular à cultura de determinados grupos sociais».

Os cidadãos britânicos, designados por estrangeiros, cidadãos comunitários, e não por imigrantes, desde cedo se estabeleceram em Portugal, para onde vieram à procura da realização de um projecto de vida, inseridos num movimento produtor de inter-relações entre indivíduos, grupos e sociedades e cujo impacto afectou o desenvolvimento sócio-cultural e educativo das populações e a actividade económica. Constituem uma comunidade tradicional, com características próprias, que estando inserida na sociedade receptora, mantém os seus valores culturais.

Mas as comunidades migrantes são caracterizadas de acordo com a imagem que delas é feita. E esta comunidade aparenta gozar de uma imagem positiva e boa reputação. Disso parece dar testemunho a sua oferta educacional no Porto. Nos colégios de língua e cultura britânicas, o número de alunos tem aumentado progressivamente e a percentagem dos que têm nacionalidade portuguesa é muito significativa.

2. Algumas questões de carácter metodológico

Para compreender as transformações temporais do objecto de estudo e as inter-relações das duas comunidades, britânica e portuguesa, no Porto, foi privilegiada a abordagem histórica, pois o passado e as suas imagens constituem uma preciosa plataforma legitimadora do presente e até antecipadora do futuro¹⁴.

A dimensão e a natureza da população em estudo, a exiguidade de dados quantitativos e o carácter exploratório da pesquisa, condicionaram o ênfase mais qualitativo da metodologia, embora o quantitativo também tenha tomado parte, numa complementaridade de análises e de instrumentos.

Com os dados quantitativos que nos foi possível obter¹⁵, procurámos traçar o perfil dos britânicos do Porto, segundo o concelho de residência, a idade, o sexo, o estado civil, a religião e a profissão.

Para estudarmos o modo e o grau de inserção da comunidade britânica na sociedade portuguesa utilizámos indicadores diversos, tais como, acesso ao mercado de trabalho, participação social, casamentos mistos, o conhecimento da língua portuguesa, o convívio com cidadãos portugueses, a adesão, ou não, às questões públicas, a intenção de residência permanente em Portugal.

¹⁴ Também João Teixeira Lopes, em *A Cidade e a Cultura. Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*, Porto, Afrontamento, 2000, p.161, afirma: «Na análise da vida cultural, de forma ainda mais visível, é impossível destruir o passado. Ele surge, repentinamente, quando menos se espera, tornando-se presente, porque reapropriado no tempo actual».

¹⁵ Ver Capítulo I da Dissertação, pp. 21-32 (Quadro 1, ..., Quadro 19).

Desenvolvemos o ecletismo tecnológico para conseguirmos abordar o nosso objecto de estudo, ele próprio sujeito, e tentar compreender as sucessivas configurações e dinâmicas diacrónicas, assim como as suas múltiplas e complexas interações. Procurámos aceder à cultura explícita e à implícita, relativizar o pensamento e tentar compreender o sentido que os membros desta comunidade têm dado às suas práticas e aos acontecimentos de que têm sido protagonistas.

A pesquisa documental constituiu um método de pesquisa central, principalmente quando o acesso aos indivíduos da pesquisa era impossível, e também complementou a informação obtida por outros métodos.

A pesquisa de campo envolveu observação directa, conversas informais e entrevistas, cerca de três dezenas, algumas das quais a «informadores privilegiados». Procurámos progressivamente uma variedade de posições e pontos de vista. Quanto à recolha e registo de dados foram tiradas fotografias, escritas notas de campo, isto é, registadas observações, informações, descrições, impressões e reflexões pessoais, e foi utilizado o gravador nas entrevistas em que foi autorizado.

Posteriormente estes dados foram analisados, organizados, cruzados entre si e complementados com dados documentais.

As dificuldades encontradas foram muitas, desde a exiguidade de dados quantitativos, o que inviabilizou qualquer possível configuração de amostra representativa, até à obtenção de contactos e informações. Mesmo sabendo os objectivos do trabalho, nem todos, britânicos ou portugueses, se disponibilizaram a falar.

O plano utilizado afigurou-se flexível e foi através de incessantes idas e vindas entre observações e teorizações, que as hipóteses foram sendo construídas.

3. Considerações Históricas das Inter-Relações Luso-Britânicas

As relações de Portugal com a Inglaterra têm mais de oito séculos de existência. Surgiram de movimentos migratórios levados a cabo por ambos os povos, como consequência de disputas religiosas, de elevadas taxas de crescimento populacional, de políticas expansionistas e mercantis. Segundo diversos autores, os motivos económicos têm sido os mais comuns.

Mesmo na actualidade, tanto o Reino-Unido como Portugal, continuam a ser países de emigração, embora concomitantemente também sejam de imigração.

¹⁶ Dissertação: Item 1 do Capítulo III, «Os Tratados e os Acordos Luso-Britânicos - de Interdependência e de Dependência», pp. 77-99 e Anexo 1, p.262.

Foram muitos os Tratados e Acordos Luso-Britânicos, de aliança e comerciais, que ao longo dos anos foram celebrados e ratificados¹⁶. Duas das alianças culminaram com os célebres casamentos reais, de D. João I com D. Filipa de Lencastre, em 1387, no Porto e o de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra, em 1661. Mas o primeiro, de cariz comercial, data de 1294, no reinado de D. Dinis, e ocorreu entre Eduardo I de Inglaterra e os mercadores portugueses.

E até 1580 as relações luso-britânicas pautaram-se pelo domínio português, mercê do prestígio alcançado por Portugal com as suas descobertas, a sua marinha e as suas vastas possessões. O poderio naval inglês ainda não tinha despertado.

Contudo posteriores vicissitudes, levaram a que Portugal, pequeno país, não tivesse conseguido administrar eficazmente o seu enorme império colonial e comercial, cobiçado por outras potências, e daí a necessidade crescente da ajuda britânica que conduziu à sucessiva concessão de privilégios, essencialmente económicos.

Segundo certos autores¹⁷, os tratados de 1642, 1654 e 1661 constituíram o início da dependência portuguesa face à Inglaterra e da hegemonia económica e política britânica mantida ainda nas primeiras décadas do século XX.

As relações do Porto com a Inglaterra, já na Baixa Idade Média, são testemunhadas por algumas construções da época - velhas casas na rua da Reboleira e em Redemoinhos, nas traseiras da Sé, talvez a mais antiga.

No Porto, em meados do século XIV, a cidade e o concelho conheciam um progressivo desenvolvimento económico. De acordo com António Cruz¹⁸, «os passos firmes do seu progresso acertavam pelos de Inglaterra».

Mas nos séculos XIII e XIV o número de mercadores¹⁹ do Norte da Europa em Portugal era pequeno quando comparado com o número de mercadores portugueses no estrangeiro, contudo «os panos ingleses aumentaram sem cessar, tanto em número como em preço».²⁰ O vinho português, originário do Minho, era conhecido em Inglaterra, por «tinto de Portugal», mas era exportado de

¹⁶ José H. Saraiva, *Pequena História das Grandes Nações - História de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1981.

Sandro Sideri, *Comércio e Poder - Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*, Lisboa, edições Cosmos, 1978.

Já Miriam Halpern Pereira, «Decadência ou Subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português», in *Análise Social*, vol. XIV (53), 1978-1º, 7-20., também refere esta tese, embora saliente também que é necessário equacionar o efeito das relações de dependência externa sobre a sociedade portuguesa.

¹⁷ In *O Tripeiro, Vol. IH*, ed. Associação Comercial do Porto, 1984, p.134.

¹⁸ Sobre o Comércio e a Indústria - Comerciantes e Industriais Britânicos na Actividade Económica, ver o Item 2 do Capítulo III, da nossa Dissertação de Mestrado, pp.99-150.

¹⁹ Oliveira Marques, *História de Portugal, Vol. I*, Lisboa, Edições Agora, 5ª ed., 1973, p.134.

Viana e constituía ainda um negócio secundário.²¹ «A primeira notícia de remessa para Inglaterra por um inglês é de 1651. Richard Perez exportou então 56 pipas que mandara comprar acima Douro».²² Mas a primeira exportação de vinhos para Inglaterra registada na alfândega do Porto, data de 1678 e foi de 408 pipas.²³

Para Inglaterra, além do vinho eram exportados muitos outros produtos, tais como sal, frutas, açúcar, mel, especiarias, cera, cortiça. Eram importadas matérias primas e produtos manufacturados. Em 1648 no Porto, o comércio, com excepção de alguns sectores, como o do bacalhau, que até aquela data tinha sido dominado pelos mercadores nacionais, estava então, na sua maior parte, em mãos estrangeiras, principalmente britânicas, cidadãos estabelecidos em Portugal em número crescente. Em particular o comércio do vinho e o dos azeites foi deixado praticamente livre aos ingleses, por ordem de D. Pedro II ao Senado e Câmara do Porto, em Carta Régia de 11 de Dezembro de 1693²⁴.

O grande produto do século XVIII foi o vinho do Porto, que propiciou, juntamente com o *import-export* de produtos do Continente e do Brasil, em navios britânicos, a presença na cidade de uma próspera e influente comunidade mercantil britânica. E no século XIX os negociantes britânicos continuavam a ser uma classe poderosa, apesar das invasões, as revoluções e a liberalização do comércio de vinhos. Alguns procuraram também «assegurar um lugar nos rendimentos da Indústria»²⁵.

Mas nas trocas comerciais com Inglaterra, Portugal teve quase sempre um saldo bastante deficitário.

A progressiva abertura do país à mundialização dos intercâmbios económicos, acelerada a partir de meados dos anos oitenta²⁶, tem estendido a presença de capitais estrangeiros e de multinacionais a diversos sectores, para além do sector do vinho do Porto. Deste modo, no presente, as relações portuguesas e britânicas, nomeadamente as comerciais, afiguram enquadrar-se cada vez mais num contexto global, com cargos periódicos ocupados por migrantes

²¹ Rose Macaulay, *Ingleses em Portugal*, Porto, ed. Livraria Civilização, 1950.

²² Francisco Ribeiro da Silva in Luís de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, 1994, p.286.

²³ Henrique G. Araújo, *Ética, Economia e Educação — Ensaio sobre o Vinho do Porto*, Porto, ed. Fundação Eng.º António de Almeida, 1998, p.110.

²⁴ Aurélio de Oliveira, «Os vinhos no Porto, 1600-1700», in *Douro — Estudos & Documentos*, vol.I (3), (2º), pp.47-70, 1997

²⁵ Gonçalves Guimarães, *Memória Histórica dos Antigos Comerciantes e Industriais de Vila Nova de Gaia*, ed. Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia, 1997, p.58.

²⁶ Maria da Conceição Pereira Ramos, «UIntegration Economique du Portugal dans l'Union Europeene: Effets sur les Investissements Directs, les Migrations et l'Emploi», in *Mondialisation, Migrations et Developpement*, Paris, OCDE, 2000, pp.171-193.

transnacionais, cuja permanência no nosso país constitui mais uma etapa, que terá de ser vencida com sucesso, preferencialmente económico, de modo a que possa fazer parte de um percurso de vida e profissional, ascendente.

4. A Comunidade Britânica no Porto e as suas Instituições²⁷

A comunidade britânica no Porto, que foi crescendo estimulada pelos privilégios decorrentes dos condicionalismos históricos de cooperação entre Portugal e a Grã-Bretanha, e pelas motivações económicas, posteriormente centradas no comércio de Vinho do Porto, tinha em 1642 uma dimensão e uma importância suficientemente justificativas da nomeação de um cônsul que os governasse e assistisse, e desde 1671 um capelão que cuidasse das suas necessidades espirituais. E em 1691 foi-lhes concedido, por D. Pedro II, um juiz privativo, cargo que veio a desaparecer em 1826.

A influência britânica fez-se sentir a diversos níveis, nomeadamente no da arquitectura, com o estilo neopalaciano, implementado pelo famoso cônsul britânico no Porto, John Whitehead, autor da *Factory House*, ou Casa da Feitoria, sede da então Feitoria Inglesa, posterior Associação Britânica e que, tendo sido construída, entre 1785 e 1790, no cerne das actividades económicas da cidade, constituiu a obra arquitectónica emblemática do Cônsul e da própria comunidade britânica. Era lá que os comerciantes britânicos seus membros se reuniam para os negócios diurnos, para os banquetes e festas noturnas e para receber os convidados ilustres. Actualmente tem como sócios, para além de membros a título individual, dez Casas de Vinho do Porto, e nela têm sido mantidas, mais ou menos intactas ao longo dos anos, as suas tradições. Até cerca de 1835 foi na *Factory House* que se localizou o escritório consular que, até à sediação definitiva na Avenida da Boavista, conheceu diferentes endereços, e foi também o local de realização dos serviços religiosos dominicais até 1818, ano em que ficou concluída a construção da Igreja Anglicana, no Largo da Maternidade. Igreja desprovida de sino e escondida dos olhares públicos por muros e portão altos, tal como ainda hoje se mantém. Foi edificada junto ao cemitério inglês, cujo terreno, então fora dos muros da cidade, havia sido comprado por John Whitehead em 1785, após autorização das autoridades locais. Anteriormente os súbditos britânicos tinham funeral na maré baixa junto ao mar ou na orla do rio, uma vez que não era permitido aos hereges terem cemitério próprio, nem sepultarem os seus cadáveres nos cemitérios locais.

Parece datar de 1787 a existência de um Hospital Britânico, que chegou a funcionar numa das alas do Hospital de Santo António, e que é referido, em

²⁷ Desenvolvemos este tema na nossa Dissertação, no item 1 do Capítulo V, pp. 169-220.

1854, num documento da época, como Hospital dos Marinheiros Ingleses. Nos anos sessenta do século XX, sobranceiro ao rio Douro, ainda estava ao serviço da sua comunidade, mas já sem médico residente britânico. É hoje residência particular de um advogado portuense.

A comunidade britânica no Porto foi através dos anos, socialmente activa, amiga do convívio e dos desportos, muito tendo contribuído para o florescimento de vários clubes desportivos e para a introdução e desenvolvimento de uma grande parte dos desportos praticados entre nós, como foi o caso do *cricket*, do *tennis*, do *golf*, do *football*, do *rugby* e do *squash*.

Em 31 de Março de 1855, no *Oporto Cricket Club*, então no Candal, levou a cabo o jogo inaugural. Em 1877 já no Campo Alegre, introduziu o ténis e adquiriu a designação de *Oporto Cricket and Lawn Tennis Club*. Foi lá que em 1902 se começou a jogar regularmente *football*, o *rugby* em 1936 e em 1951 o *squash*. Este clube perdura, nas novas instalações do Campo Alegre e desde 1967 numa fusão racional com o clube social *Oporto British Club*, criado em 1902 e que entre 1904 e 1967 teve instalações num bonito palacete da rua das Virtudes, ligado pelo terraço à Muralha Fernandina. Actualmente o clube tem sócios britânicos e portugueses em igual número. Segundo os seus estatutos o número dos nacionais não pode exceder o dos britânicos.

Em 1866 vinte jovens britânicos fundaram o *Oporto British Rowing Club*, que em 1879, sob a presidência do rei D. Luís, passou a designar-se definitivamente por *Oporto Boat Club*. Gozou de certa popularidade e as suas regatas alcançaram um razoável nível desportivo, contudo a partir da segunda Guerra Mundial entrou em franca decadência.

O *Oporto Golf Club* que há mais de cem anos existe em Silvalde, Espinho, é o clube de golfe mais antigo da Península e o quarto da Europa Continental. Iniciado em 1890, chamava-se na altura *The Oporto Niblicks*, localizando-se a cerca de 800 metros a sul de Espinho. Apenas em 1921 foi admitido o primeiro sócio português e só em 1965 teve o primeiro presidente português. Mas actualmente os sócios britânicos são em número reduzido.

No campo educacional, a comunidade britânica no Porto, tem nos dias de hoje um papel de relevo, como o atestam os colégios existentes, indicados pelos seus serviços consulares: *The Oporto International School*, o Colégio Luso Internacional do Porto (CLIP), *The Oporto British School* (OBS), e ainda os infantários *The Montssori Nursery School* e o de *Mrs. Karen Nicola Candeias*.

O *Oporto International School* foi fundado em 1986, em Canelas, Vila Nova de Gaia, por um britânico com formação e grande experiência na área da educação e com uma boa parte da sua vida passada em Portugal. Presentemente conti-

nua a funcionar em Gaia, mas em Perosinho, numa casa integrada numa pequena quinta. É um colégio de pequena dimensão, pois tem como limite máximo, 30 crianças, de idades compreendidas entre os 4 e os 13 anos. Este colégio, que tem um ensino muito personalizado é essencialmente destinado aos filhos de pais transitóriamente em Portugal. Pretende oferecer uma educação diferente, que evite o choque cultural, sobretudo nas crianças que vão frequentar a escola pela primeira vez. É por isso destinado a nacionalidades diferentes da britânica e da portuguesa, pois estas têm outras alternativas. Contudo tem havido anos em que, por insistência dos pais, têm sido admitidos alunos britânicos e também portugueses que posteriormente querem prosseguir estudos no OBS ou no CLIP, uma vez que os programas seguidos são os desses colégios.

O Colégio Luso-Internacional do Porto (CLIP), abriu em Setembro de 1991, na Esplanada Rio de Janeiro, frente ao mar e ao Castelo do Queijo, no antigo, mas restaurado, terminal dos eléctricos, com 24 alunos. Esse número cresceu e ronda agora os 400 alunos. Aguarda instalações próprias, próximo do Parque da Cidade, e no presente ano lectivo funciona em instalações ocupadas anteriormente pela Faculdade de Engenharia. Até ao 9º ano o currículo seguido é o nacional britânico. No 9º e 10º anos, é o IGCSE (*International General Certificate of Secondary Education*) e nos 11º e 12º, é o AICE (*Advanced International Certificate of Education*), ambos da universidade de Cambridge, Grã-Bretanha. A língua oficial do colégio é o inglês, mas o português também é exigido.

O *Oporto British School* (OBS), é a mais antiga escola britânica na Europa e foi criada por iniciativa de um grupo de residentes britânicos, cujos filhos estavam prestes a atingir a idade escolar. Iniciou as suas actividades com onze rapazes, na rua da Cerca, na Foz, no local onde ainda hoje permanece, se bem que remodelado e ampliado. Em 1902 foi aceite o primeiro aluno português e em 1914 foi permitida a frequência ao sexo feminino, mas só em 1931 foi adoptado o regime misto. Em 1946 foram aceites crianças de outras nacionalidades. No ano lectivo 1999/2000 tinha 313 alunos, dos quais cerca de 64% portugueses, 14% britânicos e 4% com dupla nacionalidade, britânica e portuguesa. Os restantes tinham diversas nacionalidades. É um colégio de cultura britânica, mas que pretende ter um perfil e currículo internacionais. Até ao 8º ano segue o currículo britânico, embora adaptado. O 9º e 10º anos correspondem, tal como o CLIP, ao IGCSE, e os 11º e 12º seguem, desde 1993, o I.B. (*International Baccalaureate*)²⁸. Inglês e português são aprendidos por todos os alunos, mas a

²⁸ A Portaria n.º 779/98 de 16 de Setembro (Diário da República, I Série-B, de 10-9-98), reconhece o *International Baccalaureate* (I.B.), certificado pela *International Baccalaureate Organization*, de Genebra, e o *Advanced International Certificate of Education* (A.I.C.E.), da Universidade de Cambridge, como equivalentes à conclusão do ensino secundário do sistema educativo português.

língua oficial é a inglesa.

Tanto no CLIP como no OBS é prestada atenção à actividade desportiva, assim como às artes plásticas, ao teatro e à música. Ambos pretendem desenvolver competências tais como responsabilidade, organização, hábitos de trabalho, autonomia e promover, através de reuniões, formais e informais, de turma e de escola, a facilidade de comunicação, a auto-confiança e a integração social.

Ao longo dos anos o OBS tem sido também um polo importante da comunidade britânica, visitado por figuras destacadas, tais como membros da realeza, embaixadores e a então primeira ministra, Margareth Thatcher. Celebrações importantes como o *Queens Silver Jubilee* e o Centenário do colégio, foram levadas a cabo com pompa e circunstância. Mas o «arraial» anual com fins beneficentes, a «sardinhada», o *Hallowe'en*, e o *Speech Day*, no fim do ano, com entrega de prémios e almoço no jardim, com especialidades internacionais, fazem já parte da tradição.

O *British Council*, fundado em 1934, tem o objectivo de difundir a língua e cultura britânicas. É um organismo autónomo, mas a importância das suas relações internacionais tem-no tornado uma arma poderosa da diplomacia britânica. O primeiro Instituto do *British Council* surgiu em Portugal, em Coimbra, em Junho de 1936. Em Novembro de 1938 foi a vez de Lisboa e em Dezembro de 1940, no Porto, numa sala da Faculdade de Engenharia. Em 1943 foi transferido para a rua do Breiner em cujas instalações ainda hoje permanece. Tem no presente, nos seus centros do Porto, Foz e Maia cerca de dois mil alunos. É o departamento Educativo que, nesta cidade, tem visibilidade. Os departamentos das Artes e das Ciências, este último responsável pela concessão de Bolsas, estão centralizados em Lisboa. Talvez seja esta uma das razões por que ao nível das artes em geral, no Porto, passa despercebida, dos cidadãos vulgares, incluindo membros da comunidade britânica, qualquer actividade do *British Council* nessa área, se é que ela existe. Mas no Porto é sentido no *British Council*, um interesse cada vez mais acentuado pela língua e cultura britânicas. Certamente este impacto crescente tem a ver com o *new look* que parece estar a mover o próprio *British Council*, ao pretender tornar-se a imagem da Grã-Bretanha de hoje, mas uma imagem de qualidade e simultaneamente de evolução.

5. A Comunidade Britânica no Porto e o seu desenvolvimento²⁹

As gentes britânicas que desde há séculos se encontram implantadas em Portugal, nomeadamente no Porto, souberam usufruir dos privilégios que os numerosos Tratados e Acordos celebrados entre Portugal e a Inglaterra lhes concederam e tirar proveito de todos os bens negociáveis. Construíram uma comunidade de comerciantes enérgica e prestigiada que, dotada de espírito competitivo³⁰, soube tirar partido de uma mercadoria de lucro apetecível, guindando-o ao lugar dos néctares sublimes, a um bem de elites, a um produto para gostos finos e requintados, com o qual acabou por se identificar³¹. E, cultivando o seu estatuto, constituíram uma classe-elite, a aristocracia do comércio.

O Porto e o seu Vinho, que se enraizou nos hábitos das classes altas inglesas, tornaram-se assim o *Eldorado* de numerosas firmas e de muitos britânicos que aqui acorreram e aqui se lançaram, de um modo geral com muito sucesso, nas suas empresas³² e no comércio internacional deste produto. O Vinho do Porto tornou-se o grande negócio, sustentado por uma estrutura armazenística localizada em Gaia. A par das empresas de vinho tinham outras, subsidiárias ou associadas: tanoarias, seguradoras, transportes. A versão antiga das modernas *holdings*.

A Grã-Bretanha era o grande comprador, onde os negociantes britânicos do Porto colocavam o seu produto. Eram eles então, os grandes, se não quase os únicos exportadores. Os nacionais que então também negociavam com esse produto, tinham sérias dificuldades com a sua colocação no mercado inglês, que

²⁹ A perspectiva tripartida: ser britânico - ser migrante - ser britânico no Porto, é tratada no item 2 do Capítulo V da nossa Dissertação, pp.220-234.

³⁰ Para além de uma dinâmica traduzida pela mudança de designação da firma e que correspondia a saídas e entradas de sócios, o espírito competitivo era uma mola essencial ao sucesso económico. Mas os comerciantes britânicos, entre os quais existiam frequentes parentescos, não entravam em Caves que não fossem as suas. E rivalidades e antagonismos nunca eram trazidos na travessia do Douro. Apenas na *Factory House* os assuntos comerciais podiam ser discutidos. (Charles Sellers, *Oporto, Old and New*, London, Herbert E., Harper, 1899; Gerard Cobb, *Oporto, Older and Newer*, Chichester Press Ltd, 1966).

³¹ Os gostos funcionam com indicadores de classe (Pierre Bourdieu, *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions Minuit, 1979). Também João Teixeira Lopes refere os comportamentos e os consumos tradutores dos gostos associados à posição social ou às redes de sociabilidade de («Sociabilidade e consumos culturais: contributo para uma sociologia da fruição cultural», in *Sociologia*, nº 8, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 179-188).

³² Tal como na vida privada, nas suas empresas também presidiu uma certa ética vitoriana, que de modo algum foi incompatível com o desenvolver de uma cultura baseada nos laços e relações sociais. E de acordo com Pierre Bourdieu (*O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989), é da rede de relações sociais e da sua extensão, conquistada à custa de estratégias de investimento social, que depende o volume do capital social acumulado. E é do capital, no seu todo, económico, social, cultural e simbólico, que a posição de cada empresa, e dos seus respectivos agentes é determinada.

não dominavam e onde nem sempre tinham agentes à altura.

O mercado britânico foi até aos anos 60 do século que ainda há pouco terminou, o primeiro cliente do vinho do Porto, altura em que cedeu a primazia à França. Actualmente ocupa o 4º lugar, embora continue a ser um bom cliente das categorias especiais.

A entrada das multinacionais fez dinamizar o sector, mas também fez perder muito do carácter familiar de diversas empresas e diminuir significativamente o número de britânicos nelas. Contudo manter a tradição e otimizar os métodos e as técnicas continuam a ser os princípios orientadores.

E é a tradicional, embora reduzida, comunidade dos comerciantes do vinho do Porto, que continua a constituir a espinha dorsal da comunidade britânica no Porto.

Existem apenas três grupos familiares britânicos, um dos quais constitui o maior grupo exportador. Mas as antigas marcas britânicas, internacionalmente reconhecidas, mantêm-se e a sua importância persiste. Impuseram-se, na segunda metade de novecentos, quando os exportadores de Gaia assumiram papel preponderante. Até aí os vinhos do Douro (generosos, de embarque ou de feitoria) eram exportados em casco e comercializados sob o nome do importador inglês.

Para os britânicos do vinho do Porto, a empresa e a mercadoria constituem mais do que um negócio. Elas representam uma história, que é a sua própria história, com a qual se identificam e se confundem. E, de acordo com ela, é-lhes esperado um desempenho, um protagonismo, uma continuidade.

Criaram uma imagem e uma consciência colectiva que conferiu à sua comunidade uma singularidade própria. Construíram as suas marcas identitárias e produziram um estilo de vida, retratado na literatura por alguns autores³³. Caberá sem dúvida aos vindouros a decisão da continuidade, mas, dada a relativização e a evolução acelerada das nossas sociedades, e da nossa civilização, ela não é de todo garantida. No entanto, ajuizando as lógicas de acção e as configurações das relações sociais, somos levados a reconhecer, que para além das dinâmicas de transformação, inerentes ao progresso e à pós-modernidade, a reprodução é exercida, tanto quanto o possível, ao longo das sucessivas gerações, e os hábitos que, segundo Paul Connerton³⁴, mais do que competências técnicas, são disposições afectivas, continuam a ser inculcados com aplicação.

Os britânicos da tradicional comunidade do Porto têm até agora revelado

³³ Capítulo IV, pp. 151-168, da nossa Dissertação de Mestrado: Representações da Comunidade Britânica do Porto na Perspectiva Literária de Autores dos Séculos XIX e XX.

³⁴ *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

uma capacidade excepcional de preservação do seu sistema antropológico³⁵, à qual não é alheio o parentesco, que os múltiplos casamentos entre as suas famílias, visando o reforço da intervenção empresarial, proporcionaram. Têm grande preocupação em manter a nacionalidade e o idioma, em preservar a sua *Britishness*³⁶, mesmo quando estão há várias gerações em solo Lusitano. São eles que funcionam como elo de ligação necessário à exteriorização da sua coesão grupai e à sua afirmação. A sua Pátria continua a ser a Inglaterra, que visitam periodicamente, mas à qual muitas vezes não retornam. O português é mal falado pela maioria, embora se verifique nas gerações mais jovens uma melhor proficiência neste idioma.

Reservados, pelo menos fora do seu meio de convívio restrito, são geralmente cordiais e de trato afável, embora formais. Têm aspecto sóbrio, em geral conservador, prezam a etiqueta e tentam manter afincadamente os tradicionais hábitos britânicos, por vezes ainda com reminiscências vitorianas.

Convivem principalmente com os residentes da sua nacionalidade, com os quais mantêm uma vida social bastante intensa. Amigos dos desportos, embora menos do que antigamente, são apreciadores da boa mesa e de um bom vinho, em particular do vinho do Porto.

Têm grande apreço pela tranquilidade e pela natureza, e para residir, continua a ser a zona ocidental da cidade, a preferida. Mas Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Maia são também locais onde muitos têm habitação. Gostam de casas independentes, confortáveis, discretas e com jardim. O espaço, a calma e por vezes mesmo um certo isolamento, são contrapontos indispensáveis ao seu equilíbrio e bem estar.³⁷

São portadores de uma cultura diferencialista³⁸, solidificada nos costumes e assente num sistema de classes, baseado num certo tipo de educação elitista, providenciada nas *public-schools* inglesas, para onde continuam a ser enviados

³⁵ Nas palavras de Rose Macaulay, em ob. cit. p. 8, a Comunidade Britânica no Porto, «é a colónia mais retintamente britânica que jamais se estabeleceu no estrangeiro».

³⁶ Tradicionalmente construída e organizada sobre alguns temas e imagens, tais como respeitabilidade, trabalho, e necessidade de disciplina social, que segundo Stuart Hall, tem a ver com noções de hierarquia e autoridade (in Madan Sarup, *Identity, Culture and the Postmodern World*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 1996).

³⁷ Como refere François Guichard, «a preferência dada sempre que possível à casa independente diminui os riscos de tensão inerentes à proximidade permanente» in Luís Oliveira Ramos,

³⁸ Para Emmanuel Todd (*O Destino dos Imigrantes — Assimilação e Segregação nas Democracias Ocidentais*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994), o diferencialismo de classe britânico, herdado da industrialização, é um processo mental, alojado no inconsciente dos indivíduos e talvez reforçado pela insularidade. E é sua convicção que no século XXI a Grã-Bretanha e todos os povos diferencialistas, continuarão a sê-lo, pois a auto-reprodução dos sistemas antropológicos impede que as sociedades ultrapassem a matriz inicial, herdada sucessivamente.

os seus filhos, embora actualmente um pouco mais tarde. E é lá que reforçam todos os atributos que lhes permitem manter as características culturais específicas que os distinguem.

Criaram as suas associações e espaços de sociabilidade e sem pretenderem integrar-se plenamente, souberam inserir a sua comunidade tradicional no meio envolvente e organizar acções que lhes tem permitido viver de um modo harmonioso e próspero, mantendo as suas ligações às raízes e cuidando das suas heranças culturais e patrimoniais.

As suas relações com os nacionais sempre foram mais formais do que informais, salvo as tecidas por uniões matrimoniais com nacionais, que também foram acontecendo, embora em número sempre reduzido. Nestes casos, os filhos, mesmo os nascidos e criados em Portugal, vivem entrecruzando duas línguas e duas culturas.

Bons negociantes, empreendedores e trabalhadores organizados, são migrantes, que constituindo parte de uma corrente ou processo, são também actores sociais, com capacidade de intervenção. Conservam uma autonomia económica, cultural e religiosa, cuja dimensão é apreendida através das suas marcas territoriais³⁹, de forte valor simbólico⁴⁰, que contribuem para a sua identidade⁴¹ e para manter viva a memória do território de origem⁴².

Tiveram, como acontece nas comunidades migrantes, membros muito identificados com a terra que os acolheu e também elementos destacados, que não só contribuíram para a projecção da sua comunidade, como mantiveram interações fortes com a sociedade de acolhimento, inclusive ao nível humanitário. O retorno, se equacionado, numerosas vezes não foi concretizado, pois muitos têm sido os que por aqui ficaram e por cá acabaram os seus dias, mesmo tendo no coração a Pátria distante, que até um passado relativamente recente constituiu o Grande Império, com o qual muito orgulhosamente se identificavam.

³⁹ Igreja, associações, colégios, empresas, edifícios, etc.

⁴⁰ De acordo com Pierre Bourdieu (*O Poder Simbólico*, Lisboa, DIFEL, 1989, p.10), «os símbolos são os instrumentos por excelência da *integração social*: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...) eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (...)».

⁴¹ Segundo Philip Gleason (in Werner Sollors (ed.), *Theories of Ethnicity*, London, Macmillan Press Ltd., 1996), os sociólogos tendem a considerar a identidade como uma ferramenta utilizada na interacção indivíduo-sociedade.

Na opinião de Henri Tajfel a identidade, que é o cerne das inter-relações, é essencialmente social, uma vez que ela não depende apenas da pertença a um grupo, a uma categoria, mas também do significado dessa pertença - que inclui o modo como os grupos são percebidos pelos outros grupos (Charles Husband, *Race and British Society*, England, Open University Press, 1982).

⁴² Tal como, relativamente às populações em diáspora, assinala Michel Bruneau, «Espaces et territoires de diasporas», in *L'espace géographique*, n^o1, pp.5-18.

De acordo com os valores encontrados, desde 1854 e até ao fim do século XIX o número de negociantes ingleses no Porto aumentou. cremos que anteriormente um ritmo análogo deva ter presidido à sua chegada e instalação.

Contudo o número de britânicos com residência legalizada no distrito do Porto foi baixando regularmente desde 1920 até à década de oitenta, altura em que, graças à falta de emprego que a política da Senhora Thatcher proporcionou, começou a aumentar. E nos anos noventa, o registo dos cidadãos britânicos no Porto continuou a subir acentuadamente, assumindo mesmo valores superiores aos do século passado, quando o *boom* gerado pelo negócio do vinho do Porto constituía um atractivo para a procura de fortuna. Os britânicos que desde 1890 representavam, em número, a terceira comunidade estrangeira na cidade do Porto, foram ultrapassados em meados da década de oitenta pelos alemães e ocupam desde então o quarto lugar.

Também a partir dos anos 90 se passou a verificar um pequeno acréscimo da população masculina relativamente à feminina, invertendo assim o ligeiro predomínio da população feminina anteriormente verificado. São a comunidade estrangeira com maiores qualificações⁴³ e a população activa, que é predominantemente masculina, tem vindo a elevar o seu valor percentual.

Tem havido um aumento significativo no número de cidadãos com profissão científica, técnica, liberal e na área de serviços, e uma diminuição no número de comerciantes, de funcionários de escritório e de quadros superiores.

Quanto à religião, são anglicanos, e num número bem razoável, católicos. O casamento é uma prática comum e o número de divórcios é diminuto. A Igreja, como instituição tradicional, tem um papel determinante, pois, tal como noutros lugares, ela tem sido o bastião da *British Culture*, preservando a religião, a língua e a identidade dos seus fiéis. E é ela muitas vezes o único elo de ligação dos indivíduos ao seu grupo. Actualmente, St. James' Church pretende ser mais ecuménica, ter um protagonismo social mais alargado, pertencer a todos os cristãos de língua inglesa. E é com esse sentido que a capelania edita uma publicação bimensal, *The Well*, onde é indicada a calendarização das actividades religiosas e divulgados os eventos na comunidade para o período abrangido.

⁴³ Segundo Maria do Céu Esteves (org.), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1991 e também, INE, *Estatísticas Demográficas*.

Mas a identidade nacional é especialmente adequada para servir *como foco de identificação primário*, porque se baseia na pertença e não na realização. Segundo Miller (1993) e Barry (1991), a identidade nacional favorece a solidariedade e a confiança. Benedict Anderson (1983) sublinha que a identidade nacional, permitindo transcender a nossa própria mentalidade, constitui um vínculo a algo que parece remontar a tempos imemoriais e prolongar-se até um futuro indefinido (Will Kymlicka, *Ciudadanía Multicultural*, Barcelona, Ediciones Paidós, 1996).

O actual afluxo de cidadãos britânicos parece constituir principalmente uma migração transnacional periódica correspondente aos investimentos que em Portugal se têm vindo a acentuar em diversos sectores, mercê do actual contexto europeu. São um novo tipo de cidadãos britânicos, com uma identidade mais europeísta e com um perfil sócio-económico diferente. De tal modo que a tradicional comunidade britânica quase não dá pela sua chegada, nem se apercebe do seu aumento estatístico. Para eles a comunidade britânica no Porto está a diminuir. E o número de sócios do seu Clube está tendencialmente em recessão.

Parece pois evidente a existência de um acentuado processo de mudança no seio do grupo analisado. E, a tese do declínio, tem como principal suporte a referência a uma emigração tradicional e a uma comunidade de certo modo conservadora, que é ligada ao comércio do Vinho do Porto, fechada sobre si mesma e nostálgica da terra-mãe.

Contudo, a história não se apaga e a tradição é revivalista, principalmente quando a mutação obriga a recuar às origens, a procurar raízes, a encontrar símbolos de identidade. E neste capítulo a própria comunidade nacional, em particular a nortenha, certamente também interessada na preservação de um património histórico-social-cultural-económico comum, parece estar a desempenhar um papel activo. Segundo declarações de pessoas ligadas à educação, incluindo opiniões de britânicos cuja vida profissional se situa na área da cultura e da educação, os portugueses têm, mesmo relativamente a outros povos, como por exemplo os espanhóis, uma particular apetência para tudo o que é britânico. É sentida uma relação particular com os ingleses. Estão cada vez mais interessados pela cultura britânica. A língua, essa tem um papel quase hegemónico, que faz reconhecer internacionalmente a importância do seu domínio.

A cada vez maior procura dos estabelecimentos de ensino de cultura e currículo britânicos, vem dar maior visibilidade a essa ligação com o que é inglês e reforçar esse desejo. A educação britânica foi sempre tida em boa conta pelas gentes do Porto, como o demonstram os numerosos jovens que desde há muitas dezenas de anos estudaram em Inglaterra e que desde há algumas décadas frequentam o *Oporto British School* e mais recentemente o Colégio Luso-Internacional do Porto e o *Oporto International School*.⁴⁴

⁴⁴ Encontramos, em Cobb, ob.cit, em Macaulay, ob. cit. e no *Almanak do Porto e seu districto*, pub. Tipografia de J.L.de Sousa, Porto, 1854 e 1881, referências a outros colégios que no século XIX existiram no Porto: o do Rev. Edward Whiteley, em Entre-Quintas; o de Alexander Grant, também em Entre-Quintas; o *Collegio Inglez* para Meninas na rua da Torrinha, com as professoras Margarida Hennessy e Miss Andrews; o Colégio *Britannico*, na rua do Príncipe, cuja directora era Antonieta Marr; o Colégio *Inglez*, na rua da Boavista, que tinha por directora Ellen Jones; o Colégio *Inglez*, na *Praça Coronel Pacheco, úngido* por Miss Hennessy; o Colégio das *Inglezinhas*, na rua da Alegria, cuja directora era Miss Elizabeth Burnis de Mattos. O colégio do Rev. Whiteley era frequentado por rapazes britânicos. Dos restantes não sabemos exactamente a que tipo de população eram destinados, pois disso não obtivemos descrições.

É reconhecida pelos pais e encarregados de educação a necessidade de investirem na educação dos seus filhos, inserindo-a num projecto de vida, como foi por nós constatado. «Há que se admitir que escolhas precoces comprometem muito fortemente as oportunidades de atingir tal ou tal ramo do ensino superior e de nele triunfar»⁴⁵. Reconhecem a importância da função educativa, e do investimento escolar, na aquisição de um capital cultural sólido, diversificado e internacional, que forneça aos seus filhos um vasto leque de possibilidades, pautadas por um cariz intercultural, que lhes permita integrarem-se e singrar na nova sociedade, cada vez mais internacional, diversa e multifacetada, a exigir uma educação também ela mais plural, mais abrangente, mais alicerçada no desenvolvimento de capacidades que vão permitir flexibilidade e transferência de aprendizagens nas construções futuras e nos novos contextos e situações⁴⁶. O total domínio da língua inglesa é tido como imprescindível. Valores de respeito, camaradagem, cooperação, e hábitos de trabalho, que são incutidos nos seus filhos, são tidos como muito positivos, assim como aprovam uma educação religiosa de espírito ecuménico.

Por seu lado os educandos parecem sentir-se felizes nesse sistema bilingue, onde é procurada uma oferta educativa personalista, que o baixo número de alunos por turma, propicia. A motivação, a socialização⁴⁷ e a instrução, são metas que as Escolas de língua inglesa pretendem alcançar, e para as quais contribuem o currículo explícito e o oculto, a aprendizagem cooperativa, a pedagogia do projecto, as práticas em que as artes e o desporto são incentivados e os códigos de conduta estabelecidos. E é através de rituais e de cerimónias comemorativas que o sentido de pertença e de continuidade são mantidos.

A interacção escola - família é constantemente posta em prática, quer através de contactos e comunicações formais, quer através de solicitações para actividades mais informais e participações efectivas. *Há confiança na Escola.*

⁴⁵ Pierre Bourdieu, *Escritos de Educação*, Petrópolis, Editora Vozes, 2ª ed., 1999, p.52. ⁴⁶ Anne-Catherine Wagner («Les cadres internationaux produisent-ils une culture mondiale», in *Problèmes Économiques*, nº2658, 29 mars 2000, pp.13-17), faz referência a uma nova cultura, internacional, consequência da mundialização e da movimentação de quadros internacionais, e ao actual papel das instituições, das multinacionais, das *Business Schools*, das escolas internacionais. ⁴⁷ Segundo George Mead a socialização desenvolve-se simultaneamente com a individualização: «quanto mais se é Eu-próprio, melhor se é integrado no grupo» in Claude Dubar, *A Socialização -construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora, 1997, p.93.

6. Em jeito de conclusão

É o triângulo, família - escola - comunidade que está no cerne da reflexividade e da participação educativa. E porque no mundo pós-moderno há uma crescente interacção entre o sujeito e a razão, a subjectividade e a objectividade há que, como indica Edgar Morin⁴⁸, «pensar a complexidade».

Hoje, os potenciais de evolução não se circunscrevem à ciência e à tecnologia. Há que mobilizar os recursos humanos, as pessoas, que têm que ser parte activa no processo educativo. Há que capitalizar os saberes e que fazer dialogar. E há que utilizar uma pedagogia que seja a integração de diversas concepções pedagógicas, porque o espaço educativo não é apenas um local de transmissão. Ele é, essencialmente, um lugar de formação do sujeito individual e colectivo.

Comprender como se reproduzem e se transformam as identidades implica conhecer os processos da sua construção e reconstrução. Aí, «o processo social de migração contém, como sempre conteve, a matéria prima humana necessária à reorientação fundamental da sociedade e à criação da possibilidade de emergência de um talento humano comum»⁴⁹.

E por isso nós, desta forma, procurámos dar uma pequena contribuição para o aclarar do conhecimento sobre uma comunidade tão enraizada na nossa cidade. Foi também nossa intenção reflectir e dar a conhecer aspectos que permitam levar a novas reflexões, capazes de criar espaços abertos às diferenças culturais, e onde a interculturalidade possa ser concretizada.

⁴⁸ In Jean-Pierre Pourtois e Huyette Desmet, *A Educação Pós-Moderna*, Lisboa, ed. Instituto Piaget, 1997, p.27.

⁴⁹ John Jackson, *Migrações*, Lisboa, ed. Escher, 1991, p.115.